

Dá para juntar gente com natureza?

Washington Novaes *



Ao inaugurar um dos primeiros parques nacionais dos Estados Unidos, no começo deste século, o presidente Theodore Roosevelt disse, entre sério e irônico, aos administradores recém-nomeados para a área: "A tarefa de vocês aqui é não fazer absolutamente nada, deixar tudo como está – até porque não conseguiriam fazer melhor".

A lembrança é inevitável no momento em que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente anuncia a "terceirização da exploração de florestas e parques nacionais" e a venda do "direito de som e imagem de todos os parques nacionais numa concorrência internacional" (Gazeta Mercantil, 21 de março de 1996). Segundo o presidente do Ibama, "a situação dos parques nacionais chegou a tal ponto que eles precisam de um centro de gestão financeira".

É compreensível a aflição do Ibama. Segundo o estudo "Cerrado – Impactos do Processo de Ocupação", publicado em 1995 pelo WWF e Pro-Cer, o Brasil tem cerca de 3,7% de seu território legalmente protegido. É mais que a média mundial (3,1%), menos que a média sul-americana (4,5%), e corresponde a 40 milhões de hectares no plano federal, mais 15 milhões em áreas estaduais. Mas do total de mais de quinhentas unidades de conservação, apenas 84 são de proteção integral, destinadas à pesquisa. E o Ibama só dispõe de 6.500 funcionários (setecentos na sede, em Brasília), para cuidar de todas as áreas. Há lugares em que um úni-

co funcionário tem de zelar por dezenas de milhares de hectares. Por isso, segundo o WWF, a situação na maior parte dos parques é grave.

Desde 1992, tramita no Congresso a passos de tartaruga um projeto de regulamentação do chamado SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Na mesma Esplanada em Brasília, o Ministério do Meio Ambiente tenta avançar na proteção da biodiversidade, inclusive nos parques e florestas: criou o PRONABIO, o FUNBIO (que funciona junto à Fundação Getúlio Vargas e deverá receber recursos iniciais do Fundo para o Meio Ambiente Mundial) e o PROBIO. Os dois últimos, juntos, deverão ter 40 milhões de reais para financiar projetos. Mas está tudo ainda em fase inicial.

Há muito tramita no Congresso projeto de regulamentação do SNUC. Enquanto isso, complica-se a situação dos parques nacionais

Enquanto isso, complica-se a situação dos parques. Mais de 2 milhões de hectares aguardam recursos para indenizar proprietários por desapropriações feitas há décadas (como no caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e da Juréia, para só citar duas). Na maior parte das unidades, nem mesmo ameaças corriqueiras – fogo, garimpo, madeireiros – podem ser enfrentadas, por falta de recursos. Em ou-

tras, chega a haver casos como o de um por mês, o equivalente ao preço de uma diária de apartamento. Só o Parque Nacional de Foz do Iguaçu, segundo o Ibama, arrecada mais do que gasta.

Seria, então, a terceirização, o caminho: implantar uma infra-estrutura e abrir os parques à visitação pública, mediante pagamento. Algo assim na direção do ecoturismo, o grande charme dos tempos modernos.

Em 1994, segundo a Aliança Nacional do Turismo, de Genebra, o turismo já era uma das atividades mais promissoras do mundo, com faturamento de 338 bilhões de dólares por ano, fora os gastos com transporte, que representaram mais 53 bilhões (533 bilhões de turistas transportados). As receitas até ali vinham crescendo em torno de 12% ao ano, num setor que já empregava mais de 200 milhões de pessoas (um em cada nove empregos formais). Nesse conjunto, o ecoturismo fica com uma parcela cada vez maior, mas ainda não quantificada. E não sem problemas.

Já no começo da década de 70, os administradores de parques ecológicos dos Estados Unidos abertos à visitação pública reuniram-se em congresso nacional, na tentativa de encontrar soluções para os

graves problemas que os atormentavam. Com a frequência de visitantes chegando à casa de dezenas de milhões por ano, em quase todos eles os administradores não sabiam mais o que fazer para equacionar os problemas do lixo deixado pelos turistas, dos efluentes canalizados nas redes de esgotos, da demanda por estacionamento cada

vez maiores, hotéis, pousadas, lanchonetes, como impedir o barulho que incomodava a fauna, a devastação da flora, os congestionamentos de trânsito e, permeando tudo, a crônica falta de recursos.

Depois de três dias de discussões e lamúrias, o congresso "rachou": metade dos administradores queria recomendar aos governantes que pura e simplesmente fechassem os parques à visitação, sob o argumento de que ou se preserva ou se proporciona lazer às pessoas – as duas coisas simultâneas não seriam viáveis; a outra metade dos administradores argumentava que não faria sentido impedir a presença humana.

Para superar o impasse, foi suspenso o congresso e convocado outro para o ano seguinte, com o propósito de discutir especificamente esse único tema: "É possível a convivência pacífica e harmoniosa do ser humano com a natureza? Como?"

Nunca mais se teve notícia do resultado dessa discussão, se é que ela aconteceu. Provavelmente não, a julgar pelo que se lê e ouve a respeito da situação dos parques norte-americanos. Duzentos deles estão ameaçados de fechar porque seu orçamento – que o Congresso se recusa a aumentar – não lhes permite oferecer melhores serviços ao público, que chega em números cada vez maiores. Até o mais tradicional, Yellowstone, po-

No verão passado, 4,7 milhões de pessoas visitaram o Grand Canyon. Com toda essa gente, adeus sossego e preservação

de vir a ser fechado em certos períodos, principalmente no inverno.

Talvez o caso mais dramático seja o do Parque Nacional do Grand Canyon. No verão do ano passado, formaram-se filas de quilômetros de carros que pretendiam chegar ao parque, onde só há estacionamentos para 2 mil. O número de visitantes subiu para 27 mil por dia. E com isso o número total de visitantes no ano foi para 4,7 milhões (foram 2 milhões dez anos antes), com a previsão de que serão 7 milhões no ano 2010.

Com tanta gente, adeus sossego, recolhimento, contemplação, preservação. Como pensar nisso, ali, com 43 empresas de serviços oferecendo cerca de 10 mil sobrevôos de helicóptero e pequenos aviões só no verão? Como

relaxar se a fila nos restaurantes do parque pode consumir horas? Como se divertir se as áreas de camping vivem superlotadas e povoadas de brigas entre usuários indignados? Como pensar em canoagem no rio Colorado se, para obter uma permissão, é preciso ficar na fila durante anos? Principalmente, como cuidar da fauna, da vegetação, do patrimônio histórico?

Por aqui, também já há algumas ameaças bem concretas na mesma direção, tanto que se precisou limitar o número de visitantes em Fernando de Noronha e na ilha do Mel.

Retornando ao começo, é compreensível a preocupação do Ibama. Mas convém avaliar um pouco mais as experiências. E esperar que o Congresso regulamente o SNUC. Para não lamentar amanhã.

Por um lado, de fato seria ilusório pensar em uma solução próxima para os parques e reservas brasileiros, se se lembrar a insignificância do orçamento do Ministério do Meio Ambiente (menos de dois milésimos do orçamento federal, segundo várias fontes). Mas, por outro, a proposta de terceirização não só pode atropelar a necessária redefinição do SNUC como pode agravar, com as leis do mercado, a situação de muitos parques e reservas.

Quem sabe se deva pensar primeiro nessa redefinição criteriosa, na recuperação progressiva das unidades mais importantes, antes de uma mudança tão radical, praticamente no escuro? Theodore Roosevelt elogiaria a prudência. ■